

## Plenária dos Servidores Públicos Federais aprova reivindicações da **Campanha Salarial 2009** e promove ato público em defesa dos aposentados



Em março, os Servidores Públicos Federais (SPF) encontraram-se em Brasília para discutir e deliberar sobre os eixos da Campanha Salarial deste ano.

Os SPF e várias organizações sindicais também promoveram atos públicos em defesa dos aposentados. O ANDES-SN esteve presente e, após, reuniu-se com parlamentares para discutir a urgência na aprovação da PEC 270/08, que reverte os efeitos da Emenda Constitucional (EC) nº 41/03, em defesa dos direitos dos aposentados. Este é um dos pontos do Plano de Lutas aprovado no 28º Congresso do ANDES-SN, realizado recentemente em Pelotas (RS).

Instaurada a Comissão Nacional de Mobilização (CNM) durante a Plenária Nacional dos SPF, o ANDES-SN tem conclamado as seções sindicais para que participem das discussões e das manifestações em favor da categoria e também dos colegas aposentados. A CNM tem atuado no Congresso Nacional para entregar aos parlamentares a pauta de reivindicações dos SPF e o documento em defesa dos aposentados.

*Leia mais sobre o assunto nas páginas 2 a 4*

**Assembléia da ADUR-RJ delibera acerca do percentual de contribuição de sindicalizados à seção sindical - páginas 7 e 8**

# Ato unificado em defesa dos aposentados

Mais de três mil servidores públicos federais (SPF) de todas as regiões do país participaram do ato público unificado em defesa dos aposentados, em 17 de março, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Os manifestantes protestaram contra a quebra da paridade em relação aos vencimentos dos servidores da ativa e contra as mudanças nas regras para aposentadoria por invalidez, entre outras pautas. Todos foram unânimes em afirmar a importância da unificação da classe trabalhadora para a defesa de seus direitos.

A despeito das divergências ideológicas entre as entidades representativas do movimento sindical, o ato foi construído por oito sindicatos nacionais, estando entre eles o ANDES-SN e o SINASEFE, além da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Intersindical, CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

## ANDES-SN cobra aprovação da PEC 270/08

Após o ato público, representantes do ANDES-SN estiveram no Congresso Nacional, para conversar com a deputada Andreia Zito (PSDB-RJ) sobre a urgência na aprovação da PEC 270/08, que reverte os efeitos da Emenda Constitucional (EC) nº 41/03 (última reforma da previdência), garantindo aposentadoria integral por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, a partir de 2004. Para ter direito à paridade, os servidores devem ter ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998.

A EC nº 41/03 atinge milhares de servidores federais, estaduais e municipais. “Muitos docentes se enquadram nessa situação. Alguns recebem metade do salário que recebiam antes de se aposentar”, afirma Fernando Molinos, 1º vice-presidente regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN. A PEC 270 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em outubro de 2008, mas ainda será apreciada pelo Senado.

Segundo Molinos, a deputada se mostrou disponível para trabalhar em conjunto com as entidades sindicais pela aprovação da proposta. Porém, por se tratar de alteração do texto constitucional, a PEC 270/08 enfrenta uma série de dificuldades inerentes ao burocrático processo legislativo.



Uma das exigências é a formação de uma comissão especial destinada a apreciar a matéria. Vários deputados já apresentaram requerimento solicitando a formação da comissão à Mesa Diretora da Câmara, que até agora não tomou as providências cabíveis. Na tentativa de agilizar a votação da matéria, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) apresentou um substitutivo propondo que o conteúdo do acréscimo de um novo artigo às Disposições Constitucionais Provisórias.

Na reunião com os representantes do ANDES-SN, a deputada Andreia Zito informou ter apresentado outra PEC, a de nº 335/09. Essa proposta dá nova redação ao parágrafo 2º do Art. 40 da Constituição Federal, garantido que os servidores aposentados por invalidez que recebem salários acima do teto da Previdência (R\$ 6.437,80) sejam isentos da contribuição previdenciária de 11%.

O texto da PEC 270 não dá direito à correção retroativa das aposentadorias por invalidez concedidas até dezembro de 1998, mas os atrasados podem ser conseguidos na Justiça. De acordo com André Scovino, advogado da Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (Anacont), a aprovação da PEC abriria um precedente para o pagamento das diferenças dos último cinco anos, caso elas não sejam conquistadas pela via administrativa.

A aprovação da PEC ratificaria várias decisões judiciais que garantem o direito à paridade. Segundo as entidades, as constantes mudanças nas regras e a falta de informação deixam os aposentados desorientados sobre os seus direitos.

### Expediente

**Adur Informa** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537 **Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro Sampaio Magalhães. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** mil exemplares. **Distribuição Gratuita.**

# Campanha Salarial 2009: “*a crise não é nossa, trabalhadores não pagarão a conta*”, dizem SPF

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de o governo federal não cumprir a promessa de reajuste salarial escalonado para os servidores públicos federais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condicionou a concessão do reajuste a uma situação de normalidade do país diante da crise econômica mundial:

- Não gosto de tomar medidas precipitadas, se tem uma coisa que não passa na minha cabeça é ficar com medo do que vai acontecer amanhã. Não tenho medo premeditado. Temos um acordo (com os servidores). A

minha ideia é cumprir esse acordo. Eu só não cumprirei esse acordo se houver anormalidade. Mas como só vou ter que decidir em junho, por que vou ter pressa agora? - indagou o presidente, que prosseguiu:

- Com muita paciência, tenho toda vontade de cumprir o acordo, porque, como vem do movimento sindical, sei o quanto é bom agente cumprir os acordos (com funcionários públicos). Minha ideia é cumprir. Deus queria que volte à normalidade logo, para que a gente não tenha que mexer em nada - completou.

## SPF mobilizados em Brasília

No dia 17 de março, representantes das entidades sindicais reuniram-se com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. Durante o encontro, reivindicaram o cumprimento integral dos acordos salariais e de reestruturação de carreiras acertados nos últimos anos. O secretário afirmou que o governo ainda não decidiu se vai adiar ou diluir os reajustes dos SPF. Frente a atual conjuntura de crise econômica, estão autorizados aumentos para 1,8 milhão de servidores.

## Confira abaixo os eixos da Campanha Salarial 2009, aprovados em Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais

- cumprimento de todos os acordos firmados com o governo;
- política salarial permanente com reposição das perdas salariais e correção das distorções;
- paridade com integralidade entre ativos e aposentados/pensionistas;
- retirada dos Projetos de Lei 01, 92, 248 e da Proposta de Emenda Constitucional 306 do Congresso;
- aprovação da convenção 151;
- direito irrestrito de greve;
- reajuste dos benefícios (auxílio alimentação, auxílio creche, diárias e contrapartida do Plano de Saúde)
- em defesa da ascensão funcional;
- fim do desmonte dos órgãos públicos (Funasa, Incra, Iphan, Ibama, entre outros);
- planos de carreiras/ DPC;
- antecipação das tabelas remuneratórias de 2010 e 2011;

# Setor das Federais aprova união dos SPF na construção da Campanha Salarial

Nos dias 13 e 14 de março, houve uma reunião conjunta do Setor das Federais e do GT (Grupo de Trabalho) Verba e Carreira, em Brasília. O Prof. Lenício Gonçalves representou a ADUR-RJ S. Sind. e o Prof. Luis Mauro S. Magalhães participou como 1º Vice-Presidente da Regional Rio do ANDES-SN.

Os professores dedicaram-se à análise de conjuntura – que não se furtou a discutir a crise do capital – e à apreciação do debate sobre a Campanha Salarial 2009 e sobre o Plano de Lutas do Setor das IFES. Enfatizaram a importância da construção conjunta da campanha salarial unificada dos Servidores Públicos Federais.

A Diretoria do ANDES-SN reafirmou as posições históricas do Sindicato e em particular do setor das IFES, incluindo a luta pela paridade e integralidade dos vencimentos recebidos pelos aposentados, incorporação de todas as gratificações no Vencimento Básico, correção das perdas geradas nos últimos anos e o embate contra a precarização da carreira.

Foi reforçada a necessidade de se intensificar o acompanhamento e a denúncia dos efeitos da implementação da Lei nº 11.784/08, que dispôs sobre a reestruturação da Carreira de Magistério Superior, determinou algumas mudanças



na estrutura remuneratória partir de 1º de fevereiro deste ano.

Os professores criticaram a política governista que acentua o produtivismo, a quebra da paridade, da isonomia e da integralidade das aposentadorias. Tal política possibilita ainda o desmonte da carreira, o que permite maior precarização das relações de trabalho.

Para combatê-la, o Setor das Federais aprovou a retomada dos princípios que nortearam a construção da carreira única do ANDES-SN, como referencial também para a atualização salarial docente. O Sindicato Nacional não aceita que o

governo imponha carreiras diferenciadas para os professores do 1º, do 2º e do 3º grau.

Após a discussão, foi aprovada a criação de uma comissão, que terá como tarefa elaborar um documento que explicita as principais bandeiras de luta dos ANDES-SN e que sintetize os princípios defendidos pela categoria docente no que tange os professores das federais. Este documento será discutido na próxima reunião do Setor, em abril, e enviado para debate e deliberação das Assembléias da base do ANDES-SN.

**PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES, atualizado pelo 28º Congresso do ANDES-SN (Goiânia, 2009), está disponibilizado na página da ADUR-RJ. [Acesse: www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)**

# ANDES-SN ESTÁ DE OLHO NO REUNI

Para coletar informações sobre o Plano de Expansão das Universidades Brasileiras, o ANDES-SN cria o *Observatório do REUNI* nas suas Seções Sindicais

Por Prof. José dos Santos Souza\*



acompanhar as ações do Governo na implementação do REUNI e analisar suas consequências em relação às atividades-fim das IFES, bem como identificar as medidas que intensificam a precarização do trabalho docente nas universidades brasileiras.

O GTPE justifica a implantação do *Observatório do REUNI*, partindo da compreensão de que a expansão do ensino superior no Brasil tem sido feita fundamentalmente por meio da ampliação do setor privado

ordenação territorial; e) desenvolvimento econômico e social. Estes princípios norteiam uma ampla reestruturação da Rede Federal de Ensino Superior, em especial no que se refere à materialização da lógica neoliberal de racionalização de gastos públicos na educação em consonância com as determinações dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial.

O GTPE interpreta estas ações do governo como uma completa reformulação da gestão das verbas públicas para o ensino superior que se dá por meio da imposição de novos parâmetros para o financiamento das IFES. A gestão financeira das universidades passou a ser condicionada fundamentalmente pelo aumento do número de vagas nos cursos de graduação e pelo aumento da taxa de concluintes, estendendo para o ensino superior a estratégia de racionalização de custos já implementadas na educação básica pelo FUNDEF, em 1996, e pelo FUNDEB, em 2008.

Dessa forma, o governo condiciona as IFES à repensarem sua estrutura acadêmica, suas finalidades e seu desenho institucional, e a se alinharem nos princípios neoliberais de racionalização de gastos públicos com educação.

Reunidos nos dias 27 e 28 de março de 2009, em Brasília, na sede do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), os membros do Grupo de Trabalho “Política Educacional” (GTPE) deram o pontapé inicial para criar o *Observatório do REUNI* em cada universidade. Tal feito é um encaminhamento da deliberação do 28º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro, em Pelotas (RS). Com este instrumento, o ANDES-SN pretende

de ensino superior.

Atualmente, o nível de privatização da educação superior brasileira coloca nosso país entre aqueles em que o setor público está mais ausente na oferta de vagas. Em vez de implementar ações que possam reverter esta realidade, o governo federal estruturou sua política de educação superior pelos seguintes princípios: a) expansão da oferta de vagas; b) garantia de qualidade; c) promoção de inclusão social pela educação; d)

O processo de expansão das universidades federais foi deflagrado pelo governo por meio do Decreto n. 6.096/2007 (REUNI) e está pautado na reestruturação da universidade com sérias implicações na qualidade do ensino e para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação, conforme já denunciado pelo ANDES-SN.

É importante ressaltar que a forma autoritária com que o governo vem implementando essa política (via Decreto) foi amplamente contestada pela comunidade universitária, apesar de aprovada em reuniões dos Conselhos Superiores das IFES (constituído em sua expressiva maioria por dirigentes ligados às reitorias), se apoio das comunidades acadêmicas da maioria das universidades onde foi implementado.

Apesar da baixa adesão dos alunos, docentes e técnicos administrativos, os reitores das IFES assinaram um *Acordo de Metas* que, em sua ampla maioria, continuam inacessíveis à comunidade universitária. Para dar conta das metas, as universidades já ampliaram as vagas no ensino de graduação (seja nos cursos já existentes ou na criação de novos cursos) sem terem ainda garantido a construção da infra-estrutura necessária, bem como a contratação de docentes e técnico-administrativos. Além disso, estão impondo reformas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de forma a atender a meta de flexibilidade definida no Decreto, o que implicará diminuição do tempo de duração dos cursos, aumento do número de alunos em sala de aula, oferta de disciplinas a distância para integralização curricular, incentivo a novas formas de ingresso no meio dos cursos, dentre outras ações. É óbvio que tudo isso implicará na



intensificação do trabalho docente, em especial no ensino de graduação, prejudicando as demais atividades fins da universidade, em especial a pesquisa.

O movimento docente precisa acompanhar esse processo de implementação do REUNI em cada Universidade. Este observatório deve se constituir num espaço de divulgação do processo de implantação do REUNI e, ao mesmo tempo, de discussão sobre suas implicações para o trabalho dos docentes em cada IFES.

Para este fim, o GTPE elaborou um plano de implantação em cada Seção Sindical do ANDES para que sejam coletados desde os documentos de implantação de planos de expansão aprovados pelos conselhos superiores de cada universidade até o mapeamento de vagas e contratações de docentes e técnicos administrativos.

Dentre as ações do Observatório do REUNI estão: acompanhamento das contratações de docentes e técnicos (número, regime de trabalho, titulação, local); levantar as formas de contratação de docente em caráter precário (bolsistas, substitutos, etc.);

coletar editais dos processos seletivos para ampliação de vagas de alunos na Universidade; mapear a ampliação de vagas nos cursos existentes e novos cursos criados, por área, turno e local da oferta (capital/interior); coletar resoluções dos conselhos superiores das universidades que alteram a regulamentação do ensino de graduação; coletar projetos políticos pedagógicos dos novos cursos criados pelo REUNI; coletar informações sobre construção de prédios e laboratórios: número, finalidade, local (campus) e situação do andamento da obra (em processo de licitação, em construção, concluído); coletar informação sobre repasse dos recursos financeiros previstos por ano (acompanhar no site Transparência Brasil), dentre outras.

A ADUR-RJ está empenhando esforços para colaborar com o *Observatório do REUNI*. Os membros do GTPE local já foram acionados para darem início à coleta e organização de informações para a produção de uma página no sítio da ADUR-RJ ([www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)) que funcionará como *Observatório do REUNI na UFRRJ*. Nesta página, serão sistematizadas todas as ações desencadeadas pelo REUNI em nossa universidade.

Esperamos contribuir, junto com as demais seções sindicais do ANDES-SN, para o acompanhamento e análise de todas as ações desencadeadas pelo REUNI nas IFES. Assim, levantaremos de forma precisa e abrangente o impacto desse plano nas condições de trabalho docente e na qualidade de nas universidades brasileiras.

*José dos S. Souza é professor da UFRRJ, diretor da ADUR-RJ e membro do GTPE*

# Assembléia da ADUR-RJ mantém índice de 1% para contribuição de sindicalizados

Em 19 de março, no Salão Hilton Salles (P1), ocorreu a Assembléia Geral da ADUR-RJ S. Sind., sob a presidência da Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e secretaria do Prof. Dari Cesarim Sobrinho, tendo como ponto de pauta: “*definição do percentual de contribuição dos sindicalizados para a ADUR-RJ*”.

A Profa. Lenir Aguiar explicou que o ANDES-SN havia solicitado à base uma deliberação de assembléia sobre o assunto. O Sindicato Nacional – conforme artigo 72 do seu estatuto atualizado e consolidado no 27º Congresso (Goiânia, 2008) – recomenda às seções sindicais: “*a padronização da mensalidade dos sindicalizados no patamar de 1% sobre a totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado*”.

Após debaterem o tema em pauta, os presentes aprovaram que os professores permaneçam contribuindo para a seção sindical com 1% do salário, sendo este constituído, a partir de fevereiro de 2009, por: Vencimento Básico (VB) + Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) **OU** Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT) + Retribuição por Titulação (RT), ou seja, a remuneração total. A contribuição não incidirá, portanto, sobre outros ganhos obtidos pelos docentes, como auxílio transporte, funções comissionadas, insalubridade, bolsas de pesquisa e de produtividade, etc.

## Deliberação não compromete docentes filiados

A ADUR-RJ S. Sind. já adotava o índice de 1% para o recebimento da contribuição sindical de seus filiados. Porém, após a exposição dos Diretores, os professores concluíram que a seção sindical perdeu parte da sua arrecadação quando, assim como as demais, teve que se recadastrar no Ministério do Planejamento. Enquanto este processo estava tramitando, o governo não permitia a inclusão de novas rubricas para desconto da contribuição sindical.

Além disso, desde que o governo incorporou parte da GAE ao VB e extinguiu a GED, o desconto para os filiados caiu porque ele não incidia sobre a rubrica nova, RT (Retribuição por Titulação). Isso significa que, em janeiro de 2006, seu repasse à ADUR-RJ incidia sob o Vencimento Básico (VB) e as gratificações (GED e GAE), conforme deliberado em assembléia da seção sindical. Desde junho de 2008, o professor contribuía para a ADUR-RJ com 1% apenas em cima dos valores do VB e da Gratificação Temporária do Magistério Superior – GTMS, criada em março de 2008. Em janeiro de 2009, quando o governo acabou com a GTMS, os professores passaram a descontar para a ADUR apenas sobre o VB. O percentual de arrecadação continuará o mesmo (1%), sendo que, agora, a contribuição incidirá sobre o VB, a GEMAS (que substituiu a GTMS) ou a GEDBT e mais a Retribuição por Titulação (RT).

Acompanhe o exemplo de contribuição para a ADUR-RJ, tendo como base o salário *bruto* de um professor Adjunto I:

<b>Contribuições de um professor Adjunto I à ADUR-RJ</b>						
	<b>Janeiro 2006 (R\$)</b>	<b>Junho 2006 (R\$)</b>		<b>Junho 2008 (R\$)</b>		<b>Março 2009 (R\$)</b>
<b>VB</b>	1036,66	1209,44	<b>VB</b>	1209,44	<b>VB</b>	2318,71
<b>GAE</b>	1658,65	1935,10	<b>GTMS</b>	1935,10	<b>GEMAS</b>	1038,87
<b>GED</b>	2345,00	2345,00	<b>RT</b>	3242,63	<b>RT</b>	3365,27
<b>TOTAL</b>	5040,31	5489,54	<b>TOTAL</b>	6437,17	<b>TOTAL</b>	6722,85
<b>ADUR (1%)</b>	50,40	54,80	<b>ADUR (1%)</b>	31,44	<b>ADUR (1%)</b>	67,22
Contribuição = VB + GAE + GED			Contrib. = VB + GTMS		Contrib. = VB + GEMAS + RT	

# Ataques governistas não poupam tesouraria dos sindicatos

Durante a assembléia da ADUR, docentes se preocuparam em esclarecer que nos últimos anos o governo federal tem tentado desmobilizar os sindicatos, adotando medidas que interferem diretamente no orçamento das entidades. E a questão financeira é primordial para a sobrevivência, sobretudo política, de um sindicato.

Um exemplo é o imbróglio envolvendo as consignações e o registro sindical do ANDES-SN. O governo condicionou o desconto da contribuição sindical consignada à reconquista do registro sindical do ANDES-SN. Em 2003, o Ministério do Trabalho havia concedido o registro ao Sindical Nacional. Porém, entidades ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE solicitaram a revisão do ato, alegando o princípio de unicidade sindical. Questionaram o fato de o ANDES-SN representar também docentes de universidades particulares. No mesmo ano, então, o governo suspendeu temporariamente o registro sindical do ANDES-SN – o que impede de representar apenas juridicamente seus filiados. Como o ANDES-SN ficou sem o registro sindical e, portanto, com o impedimento de captar a contribuição sindical via consignações, as seções sindicais dependeram da colaboração de seus filiados para que o repasse do percentual de 1% pudesse ser feito sem interrupções.

Hoje, o ANDES-SN trava uma luta política e jurídica em busca do seu registro sindical, mesmo após quase 30 anos de atuação em defesa da categoria, portando-se, incontestavelmente, como

o único representante legítimo dos docentes do ensino superior.

Recentemente, o governo também apoiou a fundação do PROIFES Sindicato – grupo formado por docentes que perderam eleições à Diretoria do ANDES-SN e se harmonizam com as propostas do governo federal.

Primeiramente, governo e Proifes venderam a idéia de que os docentes do ensino superior receberiam aumentos salariais significativos – afirmação facilmente contestável, principalmente após a chegada do contracheque de fevereiro. As tabelas da chamada “estrutura remuneratória dos docentes das IFES” expressam a permanência das distorções salariais entre a categoria.



Há anos o ANDES-SN tem combatido as disparidades salariais e lutado por um plano de carreira único que permita o mesmo índice de reajuste para os docentes.

O ANDES-SN defende a isonomia salarial, a paridade entre ativos e aposentados, visando a eliminação de mecanismos de diferenciação e discriminação salariais entre os docentes.

## Assembléia da ADUR-RJ aprova cobrança aos inadimplentes

O Prof. Francisco de Assis da Silva, Diretor Tesoureiro da ADUR-RJ S. Sind., explicou aos presentes que a situação financeira da Associação – assim como ocorre com outras seções sindicais – inspira cuidados. Afirmou que, apesar de muitos colegas terem atendido ao primeiro chamado da seção sindical, em 3 de julho de 2008, e terem feito o pagamento das diferenças ao longo do segundo semestre do ano passado, mais de 50% dos professores ainda não compareceram à Associação para quitarem seus débitos. Este problema tornou-se crônico após o impedimento do repasse das contribuições via consignação.

Foi deliberado em assembléia que a ADUR-RJ convoque novamente aos inadimplentes para que quitem e/ou renegociem seus débitos. Segundo o Regimento Geral da ADUR-RJ, artigo 11, parágrafo 2º, “os sócios que sem justificativa atrasarem três ou mais mensalidades” serão desligados do quadro de filiados da Associação – o que acarretará, conseqüentemente, no desligamento do plano de saúde.

**Professor, por favor, entre em contato com a ADUR-RJ para quitação de possíveis débitos com a Associação. Sua contribuição é muito importante para que a ADUR-RJ possa prosseguir em seu trabalho, honrando seus compromissos financeiros. CONTAMOS COM A SUA COMPREENSÃO E COLABORAÇÃO.**